



**VOTO NELE**

**LÚCIO**

*Alcântara*

**MOSTRA TRABALHO**

ANÇO DO DESEMPENHO DO DEPUTADO  
O ALCÂNTARA NA CÂMARA FEDERAL.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

# LÚCIO ALCÂNTARA MOSTRA TRABALHO

VOTO NELE

**Projetos e Súmulas da atuação parlamentar do Deputado Lúcio Alcântara**

**Centro de Documentação e Informação  
Coordenação de Publicações  
BRASÍLIA — 1986**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS**  
**47ª Legislatura — 4ª Sessão Legislativa**  
**Nº 53**

## SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<b>PROJETOS APRESENTADOS EM 1986</b>	
— Nº 7.484, de 1986 — Declara de utilidade pública a União Brasileira de Escritores .....	5
— Nº 7.485, de 1986 — Dispõe sobre o transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana de Fortaleza .....	9
<b>SÚMULAS DOS DISCURSOS</b>	
— 1985 .....	11
— 1986 .....	15
<b>SÚMULAS DAS PROPOSIÇÕES</b>	
— Emenda à Constituição .....	19
— Projetos de Lei .....	19
— 1983 .....	19
— 1984 .....	22
— 1985 .....	24
— 1986 .....	26
— Projetos de Lei Complementar .....	27
— Requerimentos de Informação .....	29



## PROJETOS APRESENTADOS EM 1986

### PROJETO DE LEI Nº 7.484, DE 1986 (\*)

*Declara de utilidade pública a União Brasileira de Escritores.*

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a União Brasileira de Escritores, sociedade civil com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

---

#### *Justificação*

A União Brasileira de Escritores, com sede na Capital do Estado de São Paulo, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, que resultou da união das antigas Sociedade Paulista de Escritores e Associação Brasileira de Escritores — Seção de São Paulo, que se fundiram no ano de 1958. Representa ela o resultado de um esforço ininterrupto em favor da dignidade do escritor, de defesa dos interesses do homem de letras, da divulgação da cultura nacional, do estímulo aos que se iniciam na literatura, da defesa dos princípios democráticos e da liberdade de expressão.

A entidade já é reconhecida de utilidade pública a nível estadual (Lei nº 9.954, de 8-12-67) e a nível municipal (Lei nº 7.596, de 1º-8-68).

Pela documentação que é acostada ao presente projeto de lei, verifica-se que a União Brasileira de Escritores possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, não remunera seus diretores ou conselheiros e presta serviços desinteressados à população, atendendo aos requisitos legais para que a pretendida declaração federal seja concedida.

Sala das Sessões, . — *Lúcio Alcântara.*

*LEGISLAÇÃO PERTINENTE, ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES*

LEI Nº 91, DE 28 DE AGOSTO DE 1935

*Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.*

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no País com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- a) que adquiriram personalidade jurídica;
- b) que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade;
- c) que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

Art. 2º A declaração de utilidade pública será feita em decreto do Poder Executivo, mediante requerimento processado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores ou, em casos excepcionais, *ex officio*.

Parágrafo único. O nome e características da sociedade, associação ou fundação declarada de utilidade pública serão inscritos em livro especial, a esse fim destinado.

Art. 3º Nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flâmulas, bandeiras ou distintivos próprios, devidamente registrados no Ministério da Justiça e a da menção do título concedido.

Art. 4º As sociedades, associações e fundações declaradas de utilidade pública ficam obrigadas a apresentar todos os anos, exceto por motivo de ordem superior reconhecido a critério do Ministério de Estado da Justiça e Negócios Interiores, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado à coletividade.

Parágrafo único. Será cassada a declaração de utilidade pública no caso de infração deste dispositivo, ou se, por qualquer motivo, a declaração exigida não for apresentada em três anos consecutivos.

Art. 5º Será também cassada a declaração de utilidade pública, mediante representação documentada do órgão do Ministério Público, ou de qualquer interessado, da sede da sociedade, associação ou fundação, sempre que se provar que ela deixou de preencher qualquer dos requisitos do art. 1º

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1935; 114º da Independência e 47º da República. — *GETÚLIO VARGAS* — *Vicente Ráo*.

DECRETO Nº 50.517, DE 2 DE MAIO DE 1961

*Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º As sociedades civis, associações e fundações, constituídas no País, que sirvam desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, a pedido ou *ex officio* mediante decreto do Presidente da República.

Art. 2º O pedido de declaração de utilidade pública será dirigido ao Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, provados pelo requerente os seguintes requisitos:

- a) que se constituiu no País;
- b) que tem personalidade jurídica;
- c) que esteve em efetivo e contínuo funcionamento, nos três anos imediatamente anteriores, com a exata observância dos estatutos;
- d) que não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;
- e) que, comprovadamente, mediante a apresentação de relatórios circunstanciados dos três anos de exercício anteriores à formulação do pedido, promove a educação ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, estas de caráter geral ou indiscriminado, predominantemente;
- f) que seus diretores possuem folha corrida e moralidade comprovada;
- g) que se obriga a publicar, semestralmente, a demonstração da receita obtida e da despesa realizada no período anterior.

Parágrafo único. A falta de qualquer dos documentos enumerados neste artigo importará o arquivamento do processo.

Art. 3º Denegado o pedido, não poderá ser renovado antes de decorridos dois anos, a contar da data da publicação do despacho denegatório.

Parágrafo único. Do denegatório do pedido de declaração de utilidade pública caberá reconsideração, dentro do prazo de 120 dias, contados da publicação.

Art. 4º O nome e características da sociedade, associação ou fundação declarada de utilidade pública serão inscritos em livro especial que se destinará, também, à averbação da remessa dos relatórios a que se refere o art. 5º

Art. 5º As entidades declaradas de utilidade pública, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, a critério da autoridade competente, ficam obrigadas a apresentar, até o dia 30 de abril de cada ano, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, relatório circunstanciado dos serviços que houverem prestado à coletividade no ano anterior.

Art. 6º Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que:

a) deixar de apresentar, durante três anos consecutivos, o relatório a que se refere o artigo precedente;

b) se negar a prestar serviço compreendido em seus fins estatutários;

c) retribuir, por qualquer forma, os membros de sua diretoria, ou conceder lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados.

Art. 7º A cassação da utilidade pública será feita em processo, instaurado *ex officio* pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ou mediante representação documentada.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração do decreto que cassar a declaração de utilidade pública não terá efeito suspensivo.

Art. 8º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de maio de 1961; 140º da Independência e 73º da República. —  
*JÂNIO QUADROS — Oscar Pedrosa Horta.*

#### DECRETO Nº 60.931, DE 4 DE JULHO DE 1967

*Modifica o Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, que regulamentou a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 83, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam alterados a alínea g, do art. 2º e o art. 5º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

g) que se obriga a publicar, anualmente, a demonstração da receita e despesa realizadas no período anterior, desde que contemplada com subvenção por parte da União, neste mesmo período.”

“Art. 5º As entidades declaradas de utilidade pública, salvo por motivo de força maior devidamente comprovada, a critério da autoridade competente, ficam obrigadas a apresentar, até o dia 30 de

abril de cada ano, ao Ministério da Justiça, relatório circunstanciado dos serviços que houverem prestado à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizada no período, ainda que não tenham sido subvencionadas.”

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1967; 146º da Independência e 79º da República. —  
A. COSTA E SILVA — Luiz Antônio da Gama e Silva.

---

(\*) Publicado no DCN-I, de 6-5-86, págs. 32/36.

## PROJETO DE LEI Nº 7.485, DE 1986 (\*)

*Dispõe sobre o transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana de Fortaleza.*

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O sistema ferroviário de transporte de passageiros, na região metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará, passa a ser operado diretamente pela CBTU — Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### *Justificação*

O sistema ferroviário de transporte de passageiros na região metropolitana de Fortaleza, atualmente, é operado pela Rede Ferroviária Federal S/A. Em inúmeras outras regiões metropolitanas esse encargo já foi atribuído à CBTU — Companhia Brasileira de Trens Urbanos, com resultados profícuos.

Não é que a Rede Ferroviária não tenha condições ou competência para operar o sistema. Mas é que, consoante diretriz governamental, deve aquela empresa voltar-se para otimizar o transporte ferroviário de cargas. Com isso, existe uma queda de rendimento no que se refere ao transporte de passageiros, com evidentes reflexos negativos para a população que se utiliza desse meio de transporte coletivo.

Por seu turno, a CBTU está especializada, exatamente, no transporte ferroviário de passageiros. Possui grande experiência no setor e, dia a dia, vai se aperfeiçoando nesse mister.

A mudança de operação do sistema, como proposto por este projeto, trará sensíveis melhorias para a população da Grande Fortaleza: a experiência da CBTU será aplicada para aquele local; o sistema ganhará maior confiabilidade; os usuários terão a seu dispor todos os conhecimentos que a CBTU já adquiriu nas outras regiões metropolitanas. E a própria Rede Ferroviária, desincumbida dessa obrigação, poderá concentrar-se, integralmente, na tarefa de melhorar o desempenho do setor de cargas.

Estou certo de que os nobres pares emprestarão todo o apoio a esta proposição.

Sala das Sessões, . — *Lúcio Alcântara.*

---

\* Publicado no *DCN-I*, de 1º-5-86, pág. 3067.

## SÚMULAS DOS DISCURSOS

1985

Tumulto acontecido na Assembléia Legislativa do Ceará, na sessão destinada à escolha de sua Mesa Diretora para o biênio 1985/1986, fato que levou à morte o Deputado Estadual Murilo Aguiar, candidato à Presidência daquela Casa.

S. 4-3 — DCN-I 5-3 — p. 118 PE

Representação do orador ao Procurador-Geral da República sobre a ilegalidade da legislação que institui o Imposto sobre Serviços de Telecomunicações.

S. 18-3 — DCN-I 19-3 — p. 1203 PE

Preocupação com as repercussões sociais das medidas adotadas pelo novo Governo na área econômica; reflexos dessas medidas no Nordeste, especialmente no Estado do Ceará.

S. 26-3 — DCN-I 27-3 — p. 1837 PE

Congratulações ao Ministro Marco Maciel, da Educação, por declarações favoráveis ao reconhecimento, pelo Governo, da União Nacional dos Estudantes — UNE, como entidade legal e legítima representativa da classe estudantil do País. Apelo aos Ministros do Desenvolvimento Regional, da Saúde e Previdência Social para que adotem providências para socorrer municípios cearenses atingidos por enchentes.

S. 28-3 — DCN-C 29-3 — p. 419 PC

Ponto de vista do orador sobre o caso da intervenção do Banco Sulbrasileiro; necessidade e conveniência da preservação dos empregos dos funcionários do banco; responsabilidade do Congresso Nacional, que, no espírito da Nova República, tomará uma decisão reservada no regime anterior à intimidade dos gabinetes tecnocratas; alerta para o problema prioritário do desenvolvimento da incipiente economia do Nordeste, que não pode ser penalizado com cortes de recursos orçamentários e, principalmente, arcar com prejuízos decorrentes de má administração financeira de entidades das regiões mais desenvolvidas do País.

S. 1º-4 — DCN-C 2-4 — p. 441 CL

Louvor à decisão do Presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, de alienar as residências destinadas ao Presidente e aos diretores do Banco. Destaque para a formação, pelo Ministro Marco Maciel, de comissão para estudar os problemas da universidade brasileira. Preocupação do Ministro Affonso Camargo com a questão do transporte urbano nas grandes cidades; idéia de se subsidiar o transporte do trabalhador. Greve dos motoristas de Brasília.

S. 1º-4 — DCN-I 2-4 — p. 2255 CL

Registro da instalação, em Brasília, de sucursal do jornal *O Estado*, tradicional matutino cearense.

S. 2-4 — DCN-C 3-4 — p. 457 PC

Emissão de Parecer Oral, em nome da Comissão Mista do Congresso Nacional, sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 8,10 e 12, de 1984, que modificam a redação dos artigos 34 a 36 da Constituição Federal, assegurando aos Senadores e Deputados o direito à licença para o exercício de função na administração pública.

S. 2-4 — DCN-C 3-4 — p. 461 PO

Pronunciamento do Governador do Ceará, Gonzaga Mota, em rede nacional de televisão sobre a gravidade da situação criada no Estado do Ceará pelas últimas enchentes; apelo do orador aos Ministros da Fazenda, dos Transportes, do Interior e do Desenvolvimento Urbano no sentido de que adotem providências em seus setores para minoração da calamidade que atinge o Ceará e outros Estados nordestinos.

S. 8-4 — DCN-C 9-4 — p. 485 PC

A doença do Presidente eleito Tancredo Neves e a necessidade da preservação do estado de direito como garantia da normalidade da vida nacional; a atuação do Presidente em exercício, José Sarney, nessa conjuntura.

S. 8-4 — DCN-C 9-4 — p. 487 CL

Louvor à disposição do Presidente José Sarney de colocar em prática o Plano de Emergência elaborado pela COPAG para formulação de princípios básicos do plano de Governo do Presidente Tancredo Neves.

S. 8-4 — DCN-I 9-4 — p. 2527 CL

Necessidade da rejeição do veto do ex-Presidente Figueiredo ao projeto de lei de autoria do Senador Henrique Santillo, que majora a remuneração dos veedores.

S. 10-4 — DCN-C 11-4 — p. 516 CL

Vigésimo aniversário da TV Globo. Situação política vivida pelo País em decorrência da enfermidade do Presidente Tancredo Neves; conclamação às lideranças políticas para que mantenham seu compromisso para com a lei, a Constituição e as instituições políticas e democráticas do País.

S. 15-4 — DCN-I 16-4 — p. 3081 CL

O Congresso Brasileiro de Escritores realizado em São Paulo com a presença do Presidente em exercício José Sarney.

S. 17-4 — DCN-I 18-4 — p. 591 PC

Empenho do Governo do Presidente José Sarney na reabilitação do salário da classe trabalhadora e na adoção de medidas que permitam o desenvolvimento com justiça social, anúncio da concessão, pelo Governo da Nova República de aumento do salário mínimo em índice superior ao INPC.

S. 29-4 — DCN-C 30-4 — p. 637 PC

Justificativa da necessidade de restauração do disposto no art. 7º da Lei nº 6.223/75, visando restabelecer a ação fiscalizadora do TCU sobre as empresas nas quais a União participa acionariamente em caráter minoritário.

S. 29-4 — DCN-I 30-4 — p. 3607 PE

Apelo às autoridades federais no sentido de que atendam às solicitações de créditos especiais que visam a minorar os prejuízos das vítimas das enchentes do Estado do Ceará.

S. 2-5 — DCN-I 3-5 — p. 3786 PE

Leitura do discurso feito pelo Ministro da Educação, Marco Maciel, no Rio de Janeiro, durante a comemoração da data nacional de Israel pela comunidade israelense no Brasil.

S. 7-5 — DCN-I 8-5 — p. 4000 PE

Elenco de razões que demonstram a conveniência da manutenção do FINOR.

S. 20-5 — DCN-C 21-5 — p. 874 PC

Registro do falecimento da jornalista cearense Albanisa Sarazate, Presidente das empresas jornalísticas *O Povo* e viúva do ex-Governador do Ceará Paulo Sarazate.

S. 20-5 — DCN-I 21-5 — p. 4697 PE

Aplausos ao Ministro Waldir Pires pela Portaria que proíbe a ocupação de cargos na Previdência Social a quaisquer pessoas que tenham parentesco, até o 3º grau, com dirigentes de instituições que mantenham convênio com o órgão.

S. 20-5 — *DCN-I* 21-5 — p. 4717 CL

Transcurso do sesquicentenário da criação da Polícia Militar do Ceará, destacando o alto conceito, desfrutado pela corporação.

S. 22-5 — *DCN-I* 23-5 — p. 4867 PE

Apoio ao movimento grevista deflagrado pelos professores do ensino oficial do Ceará em prol da melhoria de salários; registro de documentos encaminhados pelas lideranças do magistério cearense ao Ministro da Educação, Marco Maciel, e ao Governador Gonzaga Motta, em que se esclarecem os problemas e as reivindicações da Classe.

S. 27-5 — *DCN-I* 28-5 — p. 5097 PE

Ação do Governo José Sarney nos campos político, econômico e social, para saldar os compromissos assumidos pela Aliança Democrática com o povo, em praça pública; importância dos pronunciamentos do Chefe da Nação na última reunião da SUDENE e no Congresso Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

S. 27-5 — *DCN-I* 28-5 — p. 5118 L

Necrológio de Julieta Timbó, Prefeita do Município cearense de Tamboril.

S. 28-5 — *DCN-I* 29-5 — p. 5186 PE

Protesto do Presidente da Associação dos Reflorestadores do Ceará, expresso em ofício encaminhado ao Ministro da Agricultura, contra discriminações na concessão de áreas de reflorestamento no Nordeste.

S. 24-6 — *DCN-I* 25-6 — p. 6740 PE

Reclamação contra o fato de o Projeto nº 254/85, de sua autoria, que dispõe sobre subsídios dos vereadores, não estar sequer anexado a projeto similar do Deputado Hermes Zaneti, ora em apreciação pelas Lideranças, embora tendo regimentalmente preferência sobre este.

S. 20-8 — *DCN-I* 21-8 — p. 8439 R

Considerações sobre decisão da Mesa da Câmara, proferida em sessão anterior, a propósito da reclamação do orador contra o fato de o Projeto de Lei Complementar nº 254/85, de sua autoria, que dispõe sobre subsídio dos vereadores, não estar sequer anexado a projeto similar do Deputado Hermes Zaneti, sobre o qual tem regimentalmente preferência.

S. 21-8 — *DCN-I* 22-8 — p. 8530 PE

Interpelação ao Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que comparece à Casa para exposição sobre o Programa de Estabilização Econômica.

S. 5-3 — DCN-I 25-3 — p. 1130 I

Aplausos à decisão do Presidente Sarney de acatar sugestão do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen no sentido da expansão do ensino técnico no Brasil.

S. 6-3 — DCN-I 7-3 — p. 238 PE

Conseqüências das fortes chuvas ocorridas em Fortaleza, Ceará; pedido de ajuda ao Ministério do Interior.

S. 10-3 — DCN-I 11-3 — p. 401 CL

Necessidade da urgente regulamentação da lei que determina o pagamento de *royalties* a Estados e municípios, pela extração de petróleo na plataforma submarina.

S. 12-3 — DCN-I 13-3 — p. 539 PE

Fixação, pelo Governo, da taxa de juros agrícolas subsidiados para o Nordeste.

S. 18-3 — DCN-I 19-3 — p. 773 PE

Ev. do requerimento de levantamento da sessão em virtude do falecimento do Deputado Siegfried Heuser.

S. 31-3 — DCN-I 1º-4 — p. 1320 EV

Apelo ao Governador do Ceará para que adote as providências necessárias para solucionar a crise em que se encontra a Faculdade de Pedagogia do Município de Ubajara; leitura de documento, sobre o assunto, subscrito por vários setores representativos daquela cidade.

S. 1º-4 — DCN-I 2-4 — p. 1412 PE

Oportunidade da medida anunciada pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social, quanto à disposição do Governo de isentar os aposentados do pagamento de contribuição previdenciária.

S. 7-4 — DCN-I 8-4 — p. 1731 PE

Transcurso do Dia Mundial da Saúde. Gravidade de situação sanitária brasileira; retorno da febre amarela e poliomielite; escassez de soro antiofídico e vacinas para combater a doença infecciosa.

S. 7-4 — DCN-I 8-4 — p. 1738 CL

Necrológico do ex-Deputado Federal Parsifal Barroso.

S. 22-4 — DCN-I 23-4 — p. 2628 PE

Requerimento de inserção em Ato de voto de pesar pelo falecimento de Parsifal Barroso, ex-Deputado Federal e ex-Governador do Ceará.

S. 22-4 — DCN-I 23-4 — p. 2642 AP

Apelo no sentido de que o Ministro da Previdência e Assistência Social e o Presidente da República, dentro das modificações previstas para o sistema previdenciário, incluam determinações ao INAMPS para que termine com a disparidade do tratamento dado aos trabalhadores rurais em relação aos urbanos.

S. 28-4 — DCN-I 29-4 — p. 2930 PE

Comentários a respeito do quadro sanitário nacional; preocupação ante o surto de doenças registrado pela imprensa; necessidade de rápida ação do Presidente da República e das autoridades do setor saúde.

S. 29-4 — DCN-I 30-4 — p. 2991 PE

Aprovação do financiamento, pelo Banco do Brasil, para a construção da Usina e Destilaria de Alcool da Cooperativa Mista Agrícola de Aracoiaba, no Estado do Ceará.

S. 30-4 — DCN-I 1º-5 — p. 3088 PE

Necessidade de ampla recuperação dos perímetros de irrigação já implantados e de modificação do relacionamento autoritário do DNOCS para com os colonos situados nos perímetros de irrigação; elaboração de estatuto que regule, de maneira democrática e livre, esse relacionamento.

S. 5-5 — DCN-I 6-5 — p. 3263 CL

Expectativa da Nação brasileira em torno das mudanças que a Constituinte desencadeará no setor da educação, notadamente no ensino superior, cuja reformulação preconiza. Compromissos do Partido da Frente Liberal com o prestígio do ensino nacional. Sentido do Relatório da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior Brasileira, instituída pelo ex-Ministro Marco Maciel, da Educação. Filosofia do “Programa Nova Universidade”, lançado sob inspiração do referido relatório. A autonomia universitária. Massificação do ensino superior durante os Governos militares.

APARTE: Jorge Arbage.

S. 6-5 — DCN-I 7-5 — p. 3336 GE

Não cumprimento no Nordeste, e em especial no Ceará, das medidas de assistência médica estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 3.046, dos Mi-

nistérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde; pedido de providências a respeito.

S. 12-5 — DCN-I 13-5 — p. CL

Apelo para o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, no sentido de que conceda ao Banco do Nordeste do Brasil os recursos indispensáveis para o financiamento agrícola.

S. 13-5 — DCN-I 14-5 — p.

Improcedência de noticiário da imprensa sobre irregularidades administrativas na Cooperativa Agrícola de Aracoiaba, Estado do Ceará.

S. 14-5 DCN-I 15-5 — p. PE

Apelo no sentido de que sejam tomadas providências de recuperação das rodovias federais BR-222 e BR-116, do Estado do Ceará. Solicitação no sentido de que seja remetido ao Senado o projeto que regulamenta as eleições deste ano, a fim de se evitar, particularmente, as nomeações de caráter eleitoreiro feitas pelo Governador do Estado do Ceará.

S. 28-5 — DCN-I 29-5 — p. PE

Homenagem à memória do ex-Deputado Parsifal Barroso.

S. 10-6 — DCN-I 11-6 — p.



## SÚMULAS DAS PROPOSIÇÕES

### EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PEC 1/1985:

#### Ementa

Concede aos Estados o poder de legislar supletivamente sobre manejo florestal, proteção ambiental e proteção da biota.

Propostas Anexadas — PEC 00049 1984, PEC 00050 1984, PEC 00051 1984, PEC 00052 1984, PEC 00053 1984, PEC 00054 1984, PEC 00055 1984, PEC 00056 1984, PEC 00057 1984, PEC 00058 1984, PEC 00059 1984, PEC 00060 1984, PEC 00061 1984, PEC 00062 1984, PEC 00063 1984, PEC 00064 1984, PEC 00065 1984, PEC 00066 1984, PEC 00067 1984, PEC 00068 1984, PEC 00069 1984, PEC 00070 1984, PEC 00084 1984.

#### Última ação

21-8-1985 — Pronto para a Ordem do Dia.

(CN) Plenário (Plen).

Discussão adiada falta *quorum* para prosseguimento.

### PROJETOS DE LEI

**1983**

PL 553/1983:

#### Ementa

Altera o artigo primeiro e seu parágrafo primeiro da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, para ampliar as hipóteses de cabimento de ação popular e de legitimação para propô-la.

#### Última ação

19-6-1984 — Pronto para a Ordem do Dia.

(SF) Subsec. Coord. Legislativa (SF) (SSCLS).

Aguardando inclusão Ordem do Dia.

PL 686/1983:

Ementa

Confere direito real de uso sobre terra pública devoluta urbana a quem, não tendo propriedade imóvel alguma, nela mantiver, por um ano, sua moradia, em barraco, favela ou outra construção.

Última ação

5-9-1984 — Pronto para a Ordem do Dia.

(CD) Plenário (Plen).

Leitura e publicação dos pareceres da CCJ, CI e CF.

PL 894/1983:

Ementa

Concede estabilidade ao optante do FGTS com mais de 50 anos de idade.

Última ação

18-5-1983 — (CD) Mesa Diretora.

Anexado ao PL 87/83 (artigo 71 do Regimento).

PL 954/1983:

Ementa

Estabelece critérios para a fixação dos preços do óleo diesel utilizado pelas empresas de ônibus urbanos.

Última ação

Em tramitação nas comissões.

PL 1.866/1983:

Ementa

Veda a celebração de contratos com a administração para os parentes de quem exerça cargo, emprego ou função diretiva.

Última ação

2-5-1985 — Pronto para a Ordem do Dia.

(CD) Plenário (Plen).

Votação em discussão única.

Aprovação do Requerimento do Dep. Darcy Passos, Líder do PMDB, solicitando adiamento da votação por 5 Sessões. DCN-I 3-5-85, pag. 3832, col. 1.

PL 1.897/1983:

Ementa

Dispõe sobre licença especial do funcionário público na hipótese de aposentadoria voluntária.

(Acrescentando um ano à contagem do tempo de serviço, para efeito de aposentadoria voluntária, de forma proporcional ao gozo ou não da licença-prêmio.)

Última ação

1º-10-1984 — (CD) Plenário (Plen.)

Leitura e publicação dos pareceres da CCJ, CSP e CF.

Pronto para a Ordem do Dia. PL. 1.897-A/83.

DCN-I 2-10-84, pág. 11195, col 3.

PL 2.296/1983:

Ementa

Dispõe sobre a defesa de médico, servidor público, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão.

Última ação

10-12-1985 — (PR) Presidência da República. Vetado totalmente (Mensagem 658/85 — PE).

Razões do veto, DOFC 11-12-85, pág. 18165, col 1.

PL 2.499/1983:

Ementa

Estabelece normas sobre demarcações e aviventações de limites de imóveis pertencentes aos municípios.

Última ação.

8-8-1984 — Em tramitação nas Comissões.

(CD) Comissão do Interior (CI).

Relator Dep. Raul Ferraz.

PL 2.296/1983:

Ementa

Dispõe sobre a defesa de médico, servidor público, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão.

Última ação

22-11-1985 — Remetido à sanção.

(SF) Subsecretaria do Expediente (SF) (SSEXP).

Remessa OF. SM 669 à Câmara dos Deputados comunicando aprovação e encaminhamento à sanção.

PL 2.579/1983:

Ementa

Dispõe sobre a contribuição de melhoria, e dá outras providências.

Última ação

28-5-1986 — (CD) Plenário (Plen.)

Leitura e publicação dos pareceres da CCJ, CI e CF.  
Pronto para a Ordem do Dia. PL 2.579-A/83.

PL 2.604/1983:

Ementa

Dispõe sobre a composição dos órgãos de direção, fiscalização e deliberação das empresas estatais.

(Dispondo que em sua composição deverá ter um quarto dos membros, escolhidos pelo Presidente da República em lista tríplice de nomes indicados pelo diretório nacional do maior partido político de oposição no Congresso Nacional.)

Última ação

27-9-1984 — (CD) Plenário (Plen.)

Leitura e publicação dos pareceres da CCJ, CSP e CF.  
Pronto para a Ordem do Dia. PL 2.604-A/83.

*DCN-I* 28-9-84, pág. 11022, col 3.

#### 1984

PL 3.269/1984:

Ementa

Proíbe aos órgãos da Administração Pública instalarem gráfica para seu serviço e determina outras providências.

Última ação

23-10-1984 — Arquivado definitivamente.

(CD) Mesa Diretora.

Arquivado nos termos do artigo 117 do Regimento Interno.

*DCN-I* 24-10-84, pág. 12876, col 2.

PL 3.270/1984:

Ementa

Dispõe sobre as transferências de receitas federais e determina outras providências.

(Devendo ser efetuadas, pelo menos, duas vezes por mês.)

Última ação

5-9-1984 — Em tramitação nas Comissões.

(CD) Comissão do Interior (CI).

Relator Deputado Dante de Oliveira.

PL 3.629/1984:

Ementa

Dispõe sobre apensamento de processos em demanda judicial e determina outras providências.

(Dispensando o apensamento de processos nos casos de impugnação do valor da causa, petição de contestação ou reconvenção, arguição de falsidade, recursos de agravo de instrumento, que serão apresentados em volumes separados, simplificando o manuseio e consulta.)

Última ação

11-9-1984 — (CD) Plenário (Plen.).

Leitura e publicação do parecer da CCJ.

Pronto para a Ordem do Dia. PL 3.629-A/84.

PL 3.630/1984:

Ementa

Revoga o parágrafo segundo do artigo 18 da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979 — Lei do Inquilinato.

(Revogando o direito do locador de exigir do locatário o pagamento do IPTU.)

Última ação

30-5-1984 — (CD) Mesa Diretora.

Anexado ao PL 2.255/83, nos termos do artigo 71 do Regimento Interno.

PL 3.663/1984:

Ementa

Dispõe sobre a utilização de cadáveres em instituições de ensino superior e determina outras providências.

(Incluindo a utilização de cadáver de indigente ou sem identificação.)

Última ação

12-8-1985 — Em tramitação nas Comissões.

(CD) Comissão de Saúde (CS)

Relator Deputado José Maria Magalhães.

PL 3.710/1984:

Ementa

Dispõe sobre o aproveitamento da córnea para transplante.

Última ação

12-8-1985 — Em tramitação nas Comissões.

(CD) Comissão de Saúde (CS)

Relator Deputado José Maria Magalhães.

PL 4.289/1984:

Ementa

Dispõe sobre licitação e contrato administrativo e determina outras providências.

Última ação

16-10-1985 — (CD) Plenário (Plen.)

Leitura e publicação dos pareceres da CCJ, CSP e CEIC.

Pronto para a Ordem do Dia. PL 4.289-A/84.

DCN-I 17-10-85, pág. 12240, col 1.

PL 4.628/1984:

Ementa

Reconhece de utilidade pública a Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará.

Última ação

19-3-1985 — Em tramitação nas Comissões.

(CD) Comissão de Constituição Justiça (CCJ)

Aprovação unânime do parecer do Relator, Dep. José Tavares, no sentido de ser oficiado ao autor para que junte a documentação exigida por lei.

## 1985

PL 5.249/1985:

Ementa

Dispõe sobre obras de arte existentes em próprios federais. (Dispondo sobre a arrecadação, o cadastramento e a classificação de obras de arte para exposição ao público, a cargo do Ministério da Cultura.)

Última ação

5-3-1986 — (CD) Plenário (Plen.)

Leitura e publicação dos pareceres da CCJ e CEC.

Pronto para a Ordem do Dia. PL 5.249-A/85.

DCN-I 6-3-86, pág 0174, col 3.

PL 5.283/1985:

Ementa

Dispõe sobre a preferência de órgãos e entidades públicas para aquisição de bibliotecas particulares e dá outras providências.

Última ação

28-5-1986 — (CD) Plenário (Plen.)

Leitura e publicação dos pareceres da CCJ e CEC.  
Pronto para a Ordem do Dia. PL 5.283-A/85.

PL 5.284/1985:

Ementa

Dispõe sobre a programação das emissoras de rádio.  
(Observando o percentual de cinquenta por cento de música interpretada por artista brasileiro.)

Última ação

16-4-1985 — (CD) Mesa Diretora.

Anexado ao PL 3.382/84, nos termos do artigo 71 do Regimento Interno.

PL 5.285/1985:

Ementa

Dispõe sobre a exibição de filmes de longa metragem na televisão e determina outras providências.

Última ação

22-5-1986 — Em tramitação nas Comissões.

(CD) Com. de Comunicações e Informática (CCI).

Aprovação unânime do parecer preliminar do Relator, Dep. Magno Bacelar, solicitando audiência da ABERT.

PL 5.304/1985:

Ementa

Dispõe sobre a programação das emissoras de televisão.  
(Fixando os limites de cinquenta por cento para a programação própria, adquirindo o restante de produtores independentes, trinta por cento com aquisição de filmes brasileiros e vinte por cento do total para veiculação de programas regionais.)

Última ação

20-11-1985 — Em tramitação nas Comissões.

(CD) Comissão de Comunicação (CC).

Parecer contrário do Relator, Dep. Magno Bacelar. Vista ao Dep. Domingos Leonelli.

PL 5.402/1985:

Ementa

Institui o Vale-Transporte e determina outras providências.

Última ação

14-5-1985 — (CD) Mesa Diretora.

Anexada ao PL 4.066/84, nos termos do artigo 71 do Regimento Interno.

PL 5.592/1985:

Ementa

Inclui na esfera fiscalizadora do Tribunal de Contas as empresas nas quais o Poder Público participe, acionariamente, em caráter minoritário.

Última ação

27-11-1985 — (CD) Plenário (Plen.)

Leitura e publicação dos pareceres da CCJ e CFFTC.

PL 5.881/1985:

Ementa

Disciplina a propaganda de armas de fogo e dá outras providências.

(Proibindo a propaganda nos meios de comunicação, com exceção da propaganda destinada à exportação.)

Última ação — 1º-8-1985 — (CD) Mesa Diretora

Anexado ao PL 2844/83, nos termos do artigo 71 do Regimento Interno.

PL 6.156/1985:

Ementa

Isenta os aposentados e pensionistas da contribuição para a Previdência Social.

Última ação

29-8-1985 — (CD) Mesa Diretora.

Anexado ao PL 5.200/85, nos termos do artigo 71 do Regimento Interno.

PL 6.417/1985:

Ementa

Dispõe sobre o pagamento de direitos autorais do tradutor.

Última ação

25-9-1985 — Em tramitação nas Comissões.

(CD) Plenário (Plen.)

Leitura e publicação da matéria. *DCN-I* 26-9-85, pág. 10758, col. 2.

## 1986

PL 7.484/1986:

Ementa

Declara de utilidade pública a União Brasileira de Escritores.

Última ação  
5-5-1986 — Em tramitação nas Comissões  
(CD) Plenário (Plen.)  
Leitura e publicação da matéria.  
*DCN-I* 6-5-86, pág. 3236, col. 1.

PL 7.485/1986:

Ementa  
Dispõe sobre o transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana de Fortaleza.  
Última ação  
30-4-1986 — Em tramitação nas Comissões.  
(CD) Plenário (Plen.)  
Leitura e publicação da matéria.  
*DCN-I* 1º-5-86, pág. 3067, col. 2.

## PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PL 18/1983:

Ementa  
Altera o item X do artigo 4º da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de vereadores.  
(Aumentando a remuneração mínima do vereador para cinco por cento do subsídio do deputado estadual, podendo as despesas ultrapassar os limites de dispêndios orçamentários.)  
Última ação  
13-9-1983 — (CD) Plenário (Plen)  
Prejudicado pela aprovação do PLP 3/83.  
*DCN-I* 11-10-83, pág. 10774, col. 2.

PRC 25/1983:

Ementa  
Cria a Comissão de Desenvolvimento Urbano e da Habitação.  
Última ação  
2-5-1985 — (CD) Mesa Diretora.  
Arquivado no termos do artigo 117 do Regimento Interno.  
*DCN-I* 3-5-85, pág. 3861, col. 2.

PLP 53/1983:

Ementa

Dispõe sobre a demarcação e a discriminação de imóveis pertencentes aos municípios.

Última ação

25-10-1983 — (CD) Mesa Diretora.

Retirado pelo autor.

PLP 111/1983:

Ementa

Acrescenta item à lista de serviços do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, modificada pelo Decreto-lei nº 834, de 8 de setembro de 1969.

(Dispondo sobre a competência dos municípios tributarem sobre serviços de outra natureza que não os previstos em lei, desde que não estejam compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados.)

Última ação

22-4-1986 — (CD) Plenário (Plen)

Leitura e publicação dos pareceres da CCJ, CEIC e DF.

Pronto para a Ordem do Dia. PLP 111-A/83.

*DCN-I* 23-4-86. pág. 2586, col. 1.

PLP 134/1984:

Ementa

Fixa a remuneração mínima de vereador.

(Sendo de cinco por cento do subsídio do deputado estadual, podendo a respectiva receita ultrapassar o limite de quatro por cento da receita do município.)

Última ação

9-4-1985 — Arquivado definitivamente.

(CD) Mesa Diretora.

Arquivado nos termos do artigo 200 do Regimento Interno.

*DCN-I* 10-4-85, pág. 2574, col. 1.

PLP 254/1985:

Ementa

Fixa a remuneração mínima do vereador.

(Fixando-a em cinco por cento do que couber ao deputado estadual.)

Última ação

17-9-1985 — (CD) Mesa Diretora.

Arquivado nos termos do artigo 200 do Regimento Interno.

Em face da aprovação do PLP 314/85.  
DCN-I 18-9-85, pág. 10299, col. 3.

PLP 364/1985:

Ementa

Concede licença especial aos magistrados.

Última ação

10-3-1986 — Em tramitação nas Comissões.

(CD) Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Relator Deputado José Genoíno.

#### REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

RQC 135/1983:

Ementa

Solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre o andamento do projeto para utilização do “Diesel Percível” nos veículos de transporte coletivo urbano.

(Informações.)

Última ação

23-5-1984 — Arquivado definitivamente.

(CD) Mesa Diretora.

Av. 0226-SUPAR/84, do Gabinete Civil da PR, encaminhando cópia do Av. 0123/84, do MT, com os esclarecimentos.

RQC 251/1984:

Ementa

Solicita informações ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre as gráficas mantidas por órgãos da Administração Pública.

(Informações.)

Última ação

26-10-1984 — Remetido ao Gabinete Civil.

(CD) Mesa Diretora.

Remessa ao Gabinete Civil da Presidência da República, através do Of. SGM-870/84.

RQC 324/1985:

Ementa

Solicita informações ao Ministério das Minas e Energia sobre o pagamento de indenização, pela PETROBRÁS, no Estado do Ceará.

(Informações.)

Última ação

11-10-1985 — Arquivado definitivamente.

(CD) Mesa Diretora.

Av. 672-SUPAR/85, do Gabinete Civil da PR, encaminhando os esclarecimentos do MME.

RQC 412/1985:

Ementa

Solicita informações a PETROBRÁS, sobre a política de refino de Petróleo.

(Informações.)

Última ação

28-5-1986 — Arquivado definitivamente.

(CD) Mesa Diretora.

Av. 258-SUPAR/86, do Gabinete Civil da PR, com esclarecimentos.

